

Deputados propõem novo acordo sobre Mariana

Comissão da Câmara debaterá repactuação e reparações

Por Mateus Lincoln

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados que acompanha os rompimentos de barragens de mineração irá discutir, na próxima terça-feira (3), o atual estágio da repactuação do acordo judicial relacionado ao desastre ocorrido em Mariana (MG), em 2015. A reunião será realizada às 14h e foi convocada pelo deputado Rogério Correia (PT-MG).

Em outubro deste ano, um acordo foi firmado entre o governo federal, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, e as mineradoras Vale, BHP e Samarco, responsáveis pela barragem de Fundão, que rompeu há nove anos. Pelo acordo, as empresas envolvidas pagarão R\$132 bilhões para reparar os danos socioeconômicos e ambientais causados pela tragédia.

A audiência pública desta terça-feira terá como tema central “O novo acordo de Mariana: repactuação e reparação na bacia do rio Doce”. Entre os convidados confirmados estão Junior Divino Fideles, adjunto do advogado-geral da União, e Pedro Daniel Strozenberg, ouvidor-geral da Fundação Renova. Além de debater o andamento da repactuação, a comissão também analisará requerimentos relacionados a outros riscos envolvendo barragens no estado de Minas Gerais, especialmente em razão das fortes chuvas e da possibilidade de novos rompimentos.

O que dizem as mineradoras?

Em nota, a Samarco declarou: “Com o acordo de repactuação, homologado por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 6 de novembro deste ano, a Samarco reforça seu compromisso com a reparação e compensação integral e definitiva dos danos causados às pessoas, comu-



Comissão analisará repactuação do acordo judicial da tragédia em Mariana (MG)

nidades e ao meio ambiente. O novo acordo de reparação da bacia do Rio Doce estabelece orientações para a conclusão definitiva da reparação, com medidas que serão implementadas pela Samarco e pelo Poder Público.”

A reportagem tentou contato com as mineradoras Vale e BHP, mas não obteve resposta até o fechamento desta matéria.

Acordo atual

De acordo com a Agência Câmara de Notícias, o acordo vigente, aprovado em outubro, estabeleceu que parte significativa dos R\$132 bilhões será destinada à reparação e indenização das pessoas e comunidades atingidas. Agricultores e pescadores artesanais das áreas afetadas deverão receber R\$95 mil. Pessoas que residem na região impactada, mas que não conseguiram comprovar judicialmente que foram prejudicadas, terão direito a R\$35 mil. Além das compensações financeiras, o acordo prevê medidas de recuperação ambiental na bacia do rio Doce, que foi gravemente comprometida pelo desastre. A Fundação Renova, criada para gerenciar os processos de

reparação, é a responsável por implementar as ações acordadas em parceria com os órgãos públicos e as mineradoras.

Relembra a tragédia

O rompimento da barragem de Fundão deixou 19 mortos e causou graves prejuízos às comunidades locais, impactando também a bacia do rio Doce, que atravessa os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A tragédia em Mariana é considerada um dos maiores desastres socioambientais da história do Brasil. Em 5 de novembro de 2015, a barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, se rompeu, liberando cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro. O material percorreu centenas de quilômetros até o mar, causando danos irreparáveis a rios, florestas, fauna e flora.

Além disso, o episódio devastou a economia regional, com impactos diretos sobre agricultura, pescadores e moradores de Mariana e de outros municípios próximos. O desastre também trouxe reflexões sobre a segurança

das barragens no país, resultando em mudanças na legislação e na fiscalização de empreendimentos semelhantes.

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), divulgada em setembro de 2016, revelou falhas e omissões do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na fiscalização de barragens, o que teria contribuído para o desastre em Mariana. Algo que, segundo o professor Mariano de Dios, da Universidad Nacional de La Plata, influencia diretamente na eficácia das atividades, pois são fatores cruciais para detectar falhas em progresso, tanto para barragens comuns quanto para as de rejeitos de mineração.

“As atividades para a operação desse tipo de empreendimento incluem inspeções visuais, monitoramento de dados dos instrumentos instalados e testes nos equipamentos. Se, por exemplo, surgir uma falha na estrutura, a chance de detectá-la e agir a tempo para impedir que ela se agrave depende da eficiência da fiscalização”, explicou Dios, que também é doutor em Engenharia Hidráulica, ao Correio da Manhã.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Paulo Pinto/Agência Brasil



Guilherme Boulos (Psol) perdeu a eleição em São Paulo

‘Esquerda não entendeu inclusão digital dos pobres’

Pesquisadores e especialistas em comunicação política, Fernanda Sirkis e Marcus Nogueira dizem que a esquerda tem dificuldades de se comunicar porque não percebeu a inclusão digital dos mais pobres.

“Muito do erro vem daí, a esquerda ficou com a biruta desorientada”, diz Fernanda, mestre em comunicação política pela Universidade do Porto.

Isso, segundo ela, faz com que lideranças desse campo ideológico procurem simplificar o problema, apontando supostos responsáveis por seu discurso não chegar a determinadas camadas da população.

É o caso, exemplifica, de atribuir parte das dificuldades ao discurso identitário, de defesa de grupos como de negros e de pessoas LGBTQIA+.

Reação

Para Fernanda, a esquerda fica o tempo todo na reação, busca sempre uma resposta imediata. Com isso, destaca, não são reconhecidos os méritos do outro lado, da direita. Há até dificuldade de articular defesas de pautas como a da descriminalização do aborto.

Limites

Em sua avaliação, esse é o tema mais delicado. Ressalta que o argumento repetido pela esquerda — o do “meu corpo me pertence” — não é capaz de dar conta de todo problema. Da mesma forma que a ideia conservadora de que nada é possível fazer depois da concepção.

Reprodução/Instagram



Pablo Marçal propaga a lógica do empreendedor

Sociólogo frisa que discurso da direita não é só de ódio

Sociólogo, Nogueira vai na mesma linha (ele e Fernanda são casados e já prestaram serviços ao PT). Ressalta que não se pode reduzir o sucesso da extrema direita nas redes sociais ao discurso do ódio — algo que existe, mas que não dá conta de toda a situação.

A dificuldade de articular uma própria abordagem

faz com que, afirma, a esquerda tenda a ficar imóvel diante do ecossistema do adversário. “O algoritmo projeta a emoção”, diz. Ele ressalta que as redes sociais também estimulam a solidariedade e são usadas como fonte de renda — destaca que cerca de 26 milhões de brasileiros ganham a vida pelo Instagram.

Dificuldade

Fernanda complementa: fala da dificuldade de setores de esquerda de insistirem em temas como a busca de carteira assinada quando muita gente passou a usar a internet para vender seus próprios serviços e muitos empresários sofrem para pagar impostos.

Silêncio

“A esquerda se especializa em gestar silêncio” — resume. Para ela, o principal é buscar entender o processo de transformação que cria personagens como Pablo Marçal, que por muito pouco não chegou ao segundo turno na eleição para a prefeitura de São Paulo.

Trump

A pesquisadora afirma que a direita faz uma espécie de trabalho de base ao colocar nas redes sociais “o que as pessoas falam na esquina”. Frisa que, nos Estados Unidos, Barron, filho mais novo de Donald Trump, rejuvenesceu a imagem do pai ao colocá-lo em podcasts.

O esquilo

Nogueira cita outro exemplo dos EUA: a apreensão e o sacrifício, por autoridades de Nova York, de um esquilo-celebridade na internet, o Peanut, foi explorada pelos republicanos como uma intervenção cruel e indevida do Estado. Isso gerou uma onda final de simpatia a Trump.

Congresso com foco em Orçamento e dívida dos estados

Por Gabriela Gallo

Após a equipe econômica do governo federal divulgar o novo pacote fiscal e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionar a nova lei complementar que regulamenta a transferência de emendas parlamentares (Lcp 210/2024), o Congresso corre para aprovar o Orçamento de 2025. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem até às 18h desta quarta-feira (4) para entregar as preposições do projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. O relator é o senador Angelo Coronel (PSD-BA).

Nesta terça-feira (3), a CMO se reunirá com as comissões de Serviços de Infraestrutura; de Assuntos Econômicos; de Segurança Pública e Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados. Já na quarta, conversarão com as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Defesa da Democracia; Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Todas as comissões permanentes podem oferecer emendas coletivas à proposta orçamentária. São 17 colegiados do Senado, 30 da Câmara dos Deputados e cinco do Congresso Nacional, fora as Mesas Diretoras do Senado e da Câmara. Cada colegiado pode propor até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.



Câmara deve discutir dívidas dos estados nesta semana

Dívidas dos Estados

Como adiantado pela Correio da Manhã, na Coluna Magnavita, o plenário da Câmara dos Deputados deve votar nesta semana o Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), destinado a promover a revisão dos termos das dívidas dos Estados e do Distrito Federal com a União.

A medida foi anunciada pelo próprio presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em conversa com os governadores Cláudio Castro (RJ) e Ronaldo Caiado (Goiás). Eles estavam acompanhados do relator da medida na Câmara e líder da bancada do PP na Câmara, deputado Doutor Luizinho (PP-RJ).

Proposto pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a medida é uma das prioridades do Congresso, que busca aprová-la antes do recesso parlamentar, em 22 de dezembro.

Segurança

Nesta terça-feira (3), o ministro de Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, prestará depoimento à Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado para apresentar os planos e ações da pasta para o enfrentamento ao crime organizado. A oitiva com o ministro atende a dois requerimentos. Um é do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) que solicita esclarecimentos sobre as ações empreendidas pelo ministério e pela Polícia Fe-

deral contra o crime organizado.

O outro requerimento foi solicitado pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC) depois da alteração do comando do Ministério — quando o ex-ministro Flávio Dino deixou o posto em fevereiro para assumir uma cadeira como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Portanto, a audiência do ministro é explicar à CSP os planos, objetivos e metas da gestão de Lewandowski.

Mais tarde, às 14h, Lewandowski também prestará depoimentos na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados. No encontro, marcado para às 14h, o ministro prestará esclarecimentos sobre diversos temas de sua pasta. Grande parte dos requerimentos questionam operações da Polícia Federal (PF).